



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 114ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Declaro aberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Há *quorum* regimental. Estão presentes em plenário o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Telma Rufino, o Deputado Rodrigo Delmasso, a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Roosevelt Vilela, o Deputado Lira e o Deputado Agaciel Maia.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho em mão uma carta, que é fruto de uma reunião de dezesseis governadores com a nossa querida Presidenta Dilma Rousseff, na tarde de ontem.

Eu vou ler o teor desta carta para que fique registrado nos Anais da Casa.

“Carta pela Legalidade.

Os governadores estaduais vêm, por meio desta nota, manifestar-se contrariamente ao acolhimento do pedido de abertura de processo de *impeachment* contra a Presidenta da República.

A história brasileira ressenete-se das diversas rupturas autoritárias e golpes de estado que impediram a consolidação da nossa democracia de forma mais duradoura. Tanto é assim que este é o período mais longo de normalidade institucional de nossa história, conquistado após a luta de amplos setores da sociedade. Nesse sentido, é dever de todos zelar pelo respeito à Constituição e ao Estado Democrático de Direito.

Entendemos que o mecanismo de *impeachment*, previsto no nosso ordenamento jurídico, é um recurso de extrema gravidade que só deve ser empregado quando houver comprovação clara e inquestionável de atos praticados dolosamente pelo Chefe de Governo que atentem contra a Constituição.

O processo de *impeachment* aberto na última quarta-feira, 2 de dezembro, carece dessa fundamentação. Não está configurado qualquer ato da Presidenta da República que possa ser tipificado como crime de responsabilidade.

Compreendemos as dificuldades pelas quais o País atravessa e lutamos para superá-las. Todavia, acreditamos que as saídas para a crise não podem passar ao largo das nossas instituições e do respeito à legalidade. Por isso, ciosos do nosso papel institucional, conclamamos o País ao diálogo e à construção conjunta de alternativas para que o Brasil possa retomar o crescimento econômico com distribuição de renda.

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

Distrito Federal: Governador Rodrigo Rollemberg;

Estado do Acre: Governador Tião Viana;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Estado das Alagoas: Governador Renan Filho;

Estado do Amapá;

Estado da Bahia;

Estado do Ceará;

Estado do Maranhão;

Estado das Minas Gerais;

Estado da Paraíba;

Estado de Pernambuco;

Estado do Piauí;

Estado do Rio Grande do Norte;

Estado do Rio de Janeiro;

Estado de Roraima;

Estado de Santa Catarina;

Estado do Sergipe.”

Essa, na verdade, é a voz dos governadores eleitos dizendo que são contra o chamado *impeachment* porque não há nenhum fundamento para esta peça tão ardilosamente construída pelo capitão-do-mato chamado Eduardo Cunha, que, na verdade, acolheu esse pedido de *impeachment* como retaliação ao Partido dos Trabalhadores por não ter se submetido à chantagem de defendê-lo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Portanto, a voz dos governadores dos mais variados partidos é um alento no sentido do fortalecimento da democracia. De que acusam a Presidenta Dilma Rousseff? Das chamadas pedaladas fiscais, que todos os governadores praticaram e continuam praticando no Brasil para poder governar! Inclusive, aqui em Brasília, foram praticadas pelo Governador Agnelo e agora estão sendo praticadas pelo Governador Rollemberg, que mandou um projeto a esta Casa – e vou votar favoravelmente a esta matéria –, resolvendo a questão da pedalada no Distrito Federal. Se ele não praticasse essas pedaladas, certamente não teria como pagar o salário dos servidores.

Essa é uma coisa que todos os governadores fazem, continuam fazendo, todos os presidentes fizeram até hoje, e que o Tribunal de Contas da União, num gesto político do Sr. Nardes, Presidente daquele tribunal, tipificou como crime, mas não disse antes que as pedaladas do Fernando Henrique eram crime!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Na realidade, logo em seguida à abertura do processo de *impeachment*, o próprio Congresso votou e aprovou o reconhecimento do déficit.

A partir deste ano, a diferença entre a receita e as despesas do governo está sendo reconhecida por lei, e o Governo do Distrito Federal vai ter que mandar um projeto a esta Câmara Legislativa no mesmo sentido dizendo: “Olhe, entre as receitas estimadas e as despesas – porque receita se estima, despesa não tem como se estimar, despesa é o que é realizado – existe um déficit de x”. Em seguida, por isso achei estranho, houve o reconhecimento pelo próprio Congresso do déficit a partir deste ano. Então, a Presidenta Dilma está respondendo pelas pedaladas dos anos anteriores. As deste ano já foram reconhecidas por lei pelo Congresso.

O próprio Governo do Distrito Federal deve mandar, ou já mandou, um projeto exatamente para reconhecer que, entre as despesas do Governo do Distrito Federal e o que vai ser arrecadado em 2015, vai haver um déficit de um bilhão e pouco. Portanto, para que não incorra também na Lei de Improbidade Administrativa, ele tem que mandar uma lei. Nós temos que reconhecer que existe esse déficit, a exemplo do que foi feito pelo Congresso Nacional.

A partir deste ano, os governos que utilizavam a pedalada, tanto os governos estaduais quanto o Governo Federal, vão ter que mandar a cada final de ano um projeto para pedir ao Legislativo, seja o federal ou o estadual, e dizer: “Olha, nós estimamos uma receita de 10, mas só arrecadamos 8. No entanto, nossa despesa é de 10. Portanto, nós queremos que vocês reconheçam que houve uma frustração de receita e que há um déficit entre receita e despesa de 2.” Foi exatamente isso que aconteceu, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento. É exatamente isso. V.Exa. é um economista. Eu diria até que, se não fossem suas ocupações, V.Exa. poderia ser professor de Economia e daria aulas magníficas em qualquer universidade, em qualquer faculdade de economia deste País. É exatamente isso. O Governador Rodrigo Rollemberg mandou o projeto, que já está tramitando aqui, e o déficit é de dois bilhões e seiscentos milhões, que nós vamos legalizar. Dois bilhões e seiscentos milhões.

Isso é até interessante, porque o que S.Exa. dizia antigamente que era rombo do governo Agnelo Queiroz agora é déficit do Governador Rodrigo Rollemberg. Portanto, a linguagem é essa. S.Exa. dizia que era rombo, diz que agora é déficit e pede que a Câmara Legislativa legalize. Antigamente não era preciso legalizar. Por que se precisa legalizar agora? Por que, com essa medida do Tribunal de Contas, se não fizer legalização, o governante fica inelegível e vai responder à Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, o Governador Rodrigo Rollemberg mandou – todos os governadores estão mandando –, e aí eles assinam esse documento mostrando que a Presidente Dilma não cometeu nenhum crime.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Para concluir, eu diria, Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, que, se for para cassar mandato por impopularidade, eu acho que não escapa quase ninguém neste País. Se for cassar mandato porque o governante, ou o deputado, ou o senador, ou o prefeito é impopular, acho que, se passar a peneira, vai sobrar muito pouco. Portanto, impopularidade não é motivo para cassar mandato. Cassa-se mandato quando há crime. No caso da Presidente Dilma, não há nenhum crime.

Por isso fez muito bem ontem o Supremo Tribunal Federal quando um ministro altamente qualificado barrou, numa liminar, essa farra aí implementada pelo senhor capitão-do-mato Eduardo Cunha.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, assessoras, membros da imprensa, hoje eu acredito que é um dia muito importante para nossa nação e para nossa cidade. Nós comemoramos hoje o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Esta Casa hoje fez uma sessão solene e instalou a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu estava, há pouco, num evento no Palácio do Buriti em que o Governo do Distrito Federal lançou a transparência ativa e ficou ouvindo membros da sociedade do Distrito Federal visando à melhoria do Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal. Na realidade, o Portal de Transparência não tem transparência nenhuma. Um leigo na área de orçamento não consegue tirar dali algumas informações básicas, até mesmo de quanto se tem no caixa do governo e quanto está se pagando.

Uma das contribuições que fiz ao Portal da Transparência vem, na realidade, Deputado Agaciel Maia, de encontro à questão da gestão pública. Por exemplo, na área da educação, muitos dizem que faltam professores. Só que nós precisamos saber quantos, onde e quais são as áreas em que existe carência na Secretaria de Estado de Educação. Então, sugeri que abrisse uma aba no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para que, todo mês, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal atualize a lista de carências existentes na rede e, dentre essas carências, quais delas estão sendo supridas com contrato temporário, que é ilegal. Existem muitos professores que foram contratados pela modalidade de contrato temporário, mas estão, Deputado Agaciel Maia, ocupando vagas de professores efetivos. Isso já foi, inclusive, pauta de julgamento da corte do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que já disse que essa é uma atitude ilegal e inconstitucional.

Também encaminhei uma sugestão para que fosse publicado no Portal da Transparência a carência na rede pública de saúde do Distrito Federal, não só de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

médicos, mas também de enfermeiros, de técnicos de enfermagem, de todas as áreas que compõem a rede pública de saúde do Distrito Federal, inclusive a carência de leitos, sejam eles leitos da emergência ou até mesmo os leitos de UTI.

Fiz um terceiro encaminhamento para que fosse publicado no Portal da Transparência o centro de custo, ou seja, quanto custa cada hospital público do Distrito Federal, quanto custa cada atendimento na UTI, quanto custa cada atendimento que é feito na emergência do hospital, para que, quando vier o debate, que foi inaugurado, das organizações sociais desta Casa, nós possamos ter um quadro comparativo daquilo que o Estado gasta mantendo a coisa pública e daquilo que o Estado vai gastar colocando a iniciativa privada para cuidar dos hospitais.

Já foi feito agora um edital, lançado pelo Governo do Distrito Federal na última sexta-feira e publicado no Diário Oficial de segunda-feira, fazendo uma dispensa de licitação para contratar uma consultoria no valor de R\$900.000,00 (novecentos mil reais) para fazer o estudo da implantação das OS aqui no Distrito Federal.

Eu disse hoje que o verdadeiro combate à corrupção nasce de cada um de nós, do nosso posicionamento, do posicionamento de não aceitarmos o toma lá dá cá. Muitas vezes, Deputado Chico Vigilante, algumas pessoas usam os jornais para dizer que esta Casa faz isso. Eu digo o seguinte: esta Casa, na minha avaliação, tem dado um exemplo, porque os projetos que vêm aqui passam por um amplo debate. Aquilo que não é bom para o povo, a Câmara Legislativa não aprova.

Hoje nós comemoramos o Dia Internacional de Combate à Corrupção, mas, na realidade, nós precisamos fazer disso o nosso dia a dia, nosso estilo de vida, para que possamos melhorar a qualidade de vida de cada cidadão brasileiro e de cada cidadã brasileira.

E digo mais: a corrupção, Deputado Wasny de Roure, mata. Quando nós vemos o montante... Fiquei estarrecido ao saber que um único gerente da Petrobrás devolveu mais de 150 milhões de reais.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – O Deputado Wasny de Roure está me lembrando que a Andrade Gutierrez já devolveu 1 bilhão de reais com base na delação premiada.

Aí, juntando todos esses montantes, quantos hospitais, Deputado Prof. Reginaldo Veras, quantas escolas poderiam ser construídas? Cada real que sai pelo ralo da corrupção é mais uma pessoa que fica sem atendimento no hospital público, é mais uma pessoa que fica sem atendimento nas escolas, é mais uma criança que fica sem creche, é mais um jovem que fica sem escola e é mais um pai de família que fica desempregado. Portanto, é compromisso nosso, da classe política brasileira,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

combater a corrupção com veemência, não aceitar que esse tipo de processo se incorpore à cultura do nosso país.

Precisamos, sim, mudar o nosso posicionamento, de fato e de verdade. E aqui quero pedir a todos os Deputados e Deputadas que estão presentes nesta sessão que, se possível, ajudem-nos a colher assinaturas de apoio às dez medidas que foram apresentadas pelo Ministério Público, de combate à corrupção. O Deputado Chico Leite, recentemente, entregou quase três mil assinaturas e, na semana que vem, nós entregaremos quase dez mil assinaturas no Ministério Público do Distrito Federal, em uma demonstração de que a nossa classe política não aceita mais os processos de corrupção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu queria parabenizar V.Exa. Acho que são esses gestos que levam à construção da cidadania ao nosso País. Chamou muito a minha atenção, nesta semana, na 109 norte, onde fica a Igreja Cristã Evangélica – uma igreja em que tenho, inclusive, vários amigos –, uma faixa que convidava a população a aderir, a assinar essa lista de adesão promovida pelo Ministério Público. O Ministério Público está fazendo um excelente trabalho de conscientização, de alertar a população. Isso, a gente viu nas palavras inclusive duras, difíceis de ouvir, mas extremamente engrandecedoras do nosso País, da Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, por quem tenho enorme admiração.

Então, não podemos nos dar por vencidos não só nesse episódio da Petrobras, mas em outras escalas. Isso tem sido algo quase que sistêmico na vida pública brasileira e é extremamente dolorido para aqueles que esperam que as gerações vindouras possam sair mais engrandecidas e proporcionar à nossa sociedade uma vida de maior altivez e maior dignidade para o nosso povo.

O nosso povo olha muito as figuras públicas. Por isso que esses episódios têm um efeito avassalador. Não é apenas aquilo que se saqueia do Estado. Pior do que isso, é aquilo que contamina a mente das pessoas, que projeta como sendo o esperto alguém que ganha nessa traquinagem, vamos assim dizer, da desonestidade como forma de se dar bem no País.

Por isso, são forças como essa que temos de apoiar, parabenizar e incentivar. Parabéns pelo seu pronunciamento!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Para concluir, acredito que nós também podemos dar a nossa contribuição colhendo essas assinaturas.

Além de tudo, quero aqui citar que, recentemente, foi desbaratada a questão do cartel dos combustíveis. Todos sabíamos que havia o cartel dos combustíveis em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Brasília. O Deputado Chico Vigilante, à época, na CPI dos Postos, apresentou um projeto de lei, e acredito que precisamos dar uma resposta à sociedade do Distrito Federal em dois aspectos: primeiro, autorizar, sim, a instalação de postos de gasolina em supermercados, hipermercados, clubes e onde mais puder. Segundo, precisamos pedir ao Deputado Chico Vigilante, que é o nosso presidente da Comissão de Defesa do Consumidor... Houve a prisão temporária daqueles que supostamente estavam promovendo o cartel dos combustíveis. Quero fazer um encaminhamento à Comissão de Defesa do Consumidor, a fim de que encaminhe imediatamente ao Cade uma determinação para que o preço da gasolina no Distrito Federal, tirando-se a porcentagem que era colocada pelo cartel dos combustíveis, volte ao preço que deveria ser praticado. Não conheço bem essa área do Direito do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, mas acredito que o Cade pode determinar isso, sim, porque já foi levantado o percentual do cartel.

Então, que o Cade determine aos postos de gasolina do Distrito Federal que, em primeiro lugar, haja a livre concorrência e que os preços sejam praticados retirando-se o percentual que foi colocado pelo cartel.

Deputado Agaciel Maia, obrigado pela benevolência de V.Exa. e, Deputado Julio Cesar, por extrapolar o tempo permitido.

Agradeço a todos e que Deus nos abençoe!

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que se incluísse na pauta o Projeto de Lei nº 25, de 2015, caso haja *quorum* suficiente para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Trata-se de quê?

DEPUTADO JULIO CESAR – É um projeto de minha autoria. Projeto de Lei nº 25, de 2015, que "altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que tome as providências cabíveis.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído o Projeto de Lei nº 567, de 2015, de minha autoria, e o Projeto de Lei nº 697, de 2015.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido do Deputado Ricardo Vale e solicito à Assessoria de Plenário que tome as providências cabíveis.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas relembro ao Deputado Julio Cesar, que pediu a inserção de mais um projeto dele na pauta, que S.Exa. já é um recordista de projetos aprovados aqui. Ainda na sessão de ontem, estávamos pleiteando equidade. Acho que isso extrapola aqui a razoabilidade. Deputado Julio Cesar, ajude-nos!

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria que fosse incluído o Projeto de Lei nº 790, de 2015, de minha autoria, na pauta de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa., Deputada Sandra Faraj. Solicito à Assessoria de Plenário que tome as providências cabíveis.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando a fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras, quero dizer que o Deputado Ricardo Vale acabou de pedir mais dois projetos de autoria dele e, há uma semana e meia, foram votados dois projetos de S.Exa. Tem gente que já teve até doze projetos votados!

Agora, eu queria saber onde está escrito que o Parlamentar só pode aprovar dois projetos por semestre. Onde está escrito? No Regimento Interno desta Casa? Na Lei Orgânica? Se os projetos passaram pelas comissões e chegaram até o plenário, acho mais do que justo que eles sejam votados. Não vejo nenhum problema. Sou a favor de que cada Deputado... Acho até que a gente poderia limitar, pegar quem aprovou mais projetos até agora – parece que o máximo foram doze – e colocar como limite. Acho que todos os Deputados deveriam chegar a doze projetos. Se temos uma pessoa que chegou a doze, acho que temos que estipular esses doze projetos para cada Deputado.

Os meus projetos, particularmente, passaram por todas as comissões, seguiram o rito normal. Eu peço que os presidentes das comissões acelerem o processo, que seus membros votem, a fim de podermos trazê-los para esse plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Até porque todos nós somos eleitos pelo povo para que, realmente, nossos projetos sejam aprovados, e não há por que eles fiquem parados nas comissões. Agora, eu corro atrás. Vou atrás nas comissões, vou falar com cada Deputado, peço a ajuda deles. Acho mais do que justo termos os nossos projetos aprovados.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concederei a palavra à nobre Deputada Sandra Faraj, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras e ao Deputado Wasny de Roure, mas eu queria fazer um apelo aos colegas que se encontram na Casa, porque hoje é quarta-feira, e esta é uma sessão na qual nós poderíamos adiantar os trabalhos.

Na terça-feira, teremos muitos projetos e vamos findar, sair daqui às 2h ou 3h da manhã. Houve um compromisso dos Líderes de votarmos com antecedência para não ficarmos no dia 15 até o dia 16, amanhecer o dia aqui, como acontece todo semestre. Hoje é uma quarta-feira, última sessão plenária anterior à de terça-feira, que é a final, e nós não conseguimos *quorum* para votar. Então, vamos ficar na terça-feira aqui até o dia amanhecer, cometendo os mesmos erros que a gente vem cometendo historicamente desde que esta Casa foi fundada.

Eu quero também informar a todos os gabinetes que estão nos ouvindo, mesmo que o Deputado não esteja presente, que estamos fixando um prazo, pelo menos de até sexta-feira, para a indicação dos projetos a serem votados. Já tivemos a oportunidade de fazer os Comunicados de Líderes, então recomendo que, na terça-feira, comecemos votando às 15h, de maneira que em 5h ou 6h possamos cumprir toda a nossa agenda.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho já trazendo por diversas vezes aqui ao plenário o assunto do Projeto de Lei nº 683, de 2011, de minha autoria. Há um pedido do Deputado Rafael Prudente de apensamento de um projeto recente e semelhante de autoria dele ao nosso. O nosso projeto sumiu, já estava em fase conclusiva. Eu quero agradecer ao Marcelo, que ontem, prontamente, se dispôs a reconstituí-lo a pedido de um requerimento do Deputado Cláudio Abrantes. Foi reconstituído, porque faltava o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que havia aprovado o projeto. Então, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a colocação do referido projeto na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu conheço a história desse projeto de V.Exa. e quero não só acatar a solicitação de V.Exa. de colocá-lo na Ordem do Dia, como também solicito à Assessoria de Plenário que ele seja o primeiro item. Deputado Wasny de Roure, se alcançarmos o *quorum* para deliberação, o projeto de V.Exa., por uma questão de mérito, será o primeiro a ser examinado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu só agrego ainda, Deputado Agaciel Maia, que a competente assessoria do Deputado Rafael Prudente até já fez o substitutivo. Eu apenas preciso assiná-lo e dar uma rápida checada, mas já está pronto, se houver essa autorização.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A autorização está concedida. Acato a solicitação de V.Exa. e agradeço à assessoria por ter ajudado V.Exa. a recompô-lo. Eu pensei que o projeto mais antigo seria o meu, de 2013, mas vejo que é o de V.Exa., que é de 2011.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fossem incluídos, como item extrapauta, os Projetos de Lei nºs 487, de 2015, 266, de 2015, 614, de 2015, todos de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que adote as providências.

Eu gostaria que todos os gabinetes, mesmo os dos Deputados que não se encontram em plenário, fizessem, o mais rápido possível, a indicação dos projetos a serem incluídos na Ordem do Dia para que não haja reclamação futura. Então, eu alerto o gabinete dos Deputados que estão nos ouvindo no sentido de se organizarem e indicarem os projetos a serem votados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a inclusão na pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 177, de 2015, que “dispõe acerca do direito de atendimento especial, de caráter multidisciplinar, das famílias de crianças com deficiência ou que padeçam de doença crônica”.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria da Mesa que adote as providências cabíveis.

Eu também gostaria de fazer uma sugestão para ser discutida no Colégio de Líderes: caso não consigamos hoje fazer as votações, tendo em vista essa grande demanda de projetos indicada pelos Deputados, poderíamos, na segunda-feira, realizar a reunião de Líderes e depois estabelecer a segunda como uma sessão extraordinária só para votar projetos de Deputados.

A segunda sugestão seria que, na terça-feira, nós, Líderes e Parlamentares, abrissemos mão dos discursos, dos pronunciamentos previstos no Regimento Interno



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

e começássemos às 15h a fazer a votação dos projetos. Nós temos vários projetos do governo e uma grande quantidade de projetos de Deputados, inclusive projetos como a Lei Orçamentária Anual, que é um parecer de mais de cem páginas, temos o PPA também. Assim, a sessão de terça-feira não cometerá os mesmos erros nem receberá as mesmas críticas dos semestres anteriores, quando se prolonga durante a madrugada, passando a sensação para a população de que a gente só trabalha um dia no semestre.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que seja incluído também na pauta o Projeto de Lei nº 445, de 2015. Como o Deputado Julio Cesar disse aqui, eu pedi que fossem incluídos dois projetos, mas eu resolvi pedir mais um, porque, se já há Deputados com doze projetos aprovados aqui, eu acho que posso pedir três, porque eu só tenho três até agora. Então, eu quero pedir a V.Exa. que inclua também o Projeto de Lei nº 445, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria também aproveitar o momento para solicitar que, além de votarmos na segunda-feira os projetos de lei dos Deputados, também apreciássemos os vetos que vamos derrubar ou manter. Lembramos que foi pedido que cada Deputado, através de sua assessoria, encaminhasse ao meu gabinete quais são os vetos que gostaria que nós derrubássemos.

Lembramos que o acordo é que nós iríamos derrubar um veto de cada Deputado. Então, ratificando, seria um veto para cada Deputado. Eu também gostaria de sugerir a V.Exa., caso o Deputado não tenha um veto, que ele possa trocar por um projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Julio Cesar, é inteligente a sugestão de V.Exa. Eu dependo do acatamento desse acordo de Líderes. Eu acho que poderíamos fazer a reunião de Líderes na segunda-feira e definir a antecipação para esta votação na própria segunda-feira. Não faz sentido, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós estarmos aqui em uma quarta-feira, ensolarada, sem *quorum*, para depois chegar a terça-feira e ficarmos até quatro, cinco horas da manhã para votarmos todos os projetos. Se os Líderes, junto com a nossa Presidente Deputada Celina Leão, acatarem essas sugestões, ficará mais fácil chegarmos, na terça-feira, com projetos pontuais. Dessa maneira, poderemos votar sem necessariamente ir até de madrugada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que a porta está aberta, eu gostaria de pedir a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 391, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Peço também para incluir na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 572, que “institui o selo da empresa amiga da terceira idade no âmbito do Distrito Federal”, que está com tramitação concluída e pronto para ser votado por este egrégio Plenário.

Também quero pedir a V.Exa. a inclusão de projetos de decreto legislativo que foram já aprovados pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e que precisam só da avaliação do Plenário. São os projetos de decreto legislativo nºs 70 a 77. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a flexibilização aqui, que agora há pouco foi chamada de porta aberta, eu peço a V.Exa. que sejam incluídos na pauta os seguintes projetos de minha autoria: Projeto de Lei nº 219, de 2011; Projeto de Lei nº 247, de 2011; Projeto de Lei nº 948, de 2012; Projeto de Lei nº 1.433, de 2013; e Projeto de Lei nº 1.510, de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa. e solicito à Assessoria da Mesa que adote as providências cabíveis.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu queria também pedir a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2015, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Lucas Rodrigues da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Cunha”, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2015, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Bispa Priscila Rodvalho Cunha”.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa. Em se tratando de concessão de título, principalmente para bispo, com certeza, nós vamos aprovar muito rapidamente aqui nesta Casa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu encaminhei pedido por escrito à assessoria do plenário. Eu não tenho os números dos meus projetos de lei, mas eu creio que a assessoria tenha a correspondência. Eu peço a V.Exa. que defira alguns projetos nossos que ainda não foram apreciados.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero esclarecer ao nobre Deputado Wasny de Roure que já existe expediente com a Assessoria da Mesa – eu o tenho aqui em minhas mãos. Então, está acatado o pedido para que esses projetos listados por V.Exa. em seu expediente sejam incluídos na Ordem do Dia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito ao Deputado Julio Cesar que faça a chamada da lista de presença.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda faltam os Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. tem razão. Eu repassei os Comunicados dos Líderes, mas, se a Deputada Sandra Faraj...

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Eu vou falar nos Comunicados de Líderes como Vice-Líder do meu bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj por cinco minutos conforme estabelece o regimento da Casa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Presidente, Deputados, todos os presentes, o que me traz nesta tarde, aqui, com essas palavras, é a indignação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

que eu estou sentindo em relação às ações arbitrárias da AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal – na derrubada de casas, em tirar as pessoas dos seus lares.

Eu não sou a favor de grileiros, Deputada Telma Rufino, pelo contrário. Deveria haver uma ação efetiva e eficiente da Polícia Civil para prender esses grileiros e dar publicidade a essas prisões. Mas nós também não podemos desamparar e condenar aqueles que estão simplesmente buscando um abrigo para si, para sua família, para seus filhos.

Eu sou cristã, não nego a minha fé e não posso fechar os meus olhos diante disso. A palavra de Deus fala, em Provérbios 31, 8-9: “Erga a voz em favor daqueles que não podem defender-se. Seja o defensor de todos os desamparados. Erga a voz e julgue com justiça. Defenda o direito dos necessitados”. Eu sei que nós estamos vivendo um tempo difícil, de crise, mas um tempo também de exceção, e nós não podemos deixar de lado a solidariedade, a humanidade.

Deputados, eu quero fazer um apelo aqui: nós não podemos fechar os olhos para o que está acontecendo. Nós não podemos pensar que iremos passar bem o nosso Natal, nossas festas de final de ano, quando há centenas de famílias desabrigadas. Como é que elas vão passar o final de ano? Como é que vão passar o Natal?

O tempo todo nós escutamos famílias lamentando, Deputado Ricardo Vale, as suas casas derrubadas. O Governo do Distrito Federal tem que olhar para as pessoas mais do que para as coisas. Está demais isso. As pessoas valem mais do que coisas, Deputado Wasny de Roure! Eu queria repetir isso.

Nós precisamos realmente ter uma política habitacional. Nós precisamos ter uma política que diga: “Olha, aqui é proibido, mas nós temos essa área”. Ninguém compra lote irregular porque quer, mas por falta de opção, porque está vivendo uma crise, um momento de dificuldade. Nós estamos falando aqui de seres humanos, que, pela Constituição, têm garantia de moradia. Nós somos Deputados representantes do povo. Não dá para aceitar essa intolerância com aqueles menos favorecidos.

Eu sei que tem que haver organização. Eu sei que existe uma ação criminosa de grileiros que tem que ser combatida, e eu quero fazer um apelo para que a Polícia Civil aja insistentemente prendendo essas figuras. Mas nós não podemos fechar os olhos para a necessidade do povo.

Alguns dias atrás, eu apresentei um projeto ao governo para que se incluam as famílias que tiveram suas casas derrubadas nos programas habitacionais, com prioridade. Eu queria pedir apoio a todos os Deputados para que a gente pudesse criar uma situação, uma saída para essas pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Falando em intolerância, nós temos combatido a intolerância em diversas questões, inclusive, na religiosa. Nesses tempos, houve denúncias de que centros religiosos foram queimados. Eu quero pedir também que seja apurado, Deputado Ricardo Vale, quem são os verdadeiros responsáveis por esse tipo de crime, porque intolerância não pode ser admitida em nenhuma espécie.

Nós precisamos de respostas. Eu quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal e aos Deputados: que nós trabalhemos e aproveamos políticas habitacionais e que essas derrubadas cessem de uma vez por todas nesta cidade.

Enquanto não houver uma resposta para a população... De que adianta a gente ser Deputado e representante de um povo que está sendo massacrado todos os dias com decisões que só vêm realmente oprimi-lo e não dar uma saída?

Eu estou com meu coração queimando por causa do Natal desses que tiveram suas casas derrubadas. Não estou levando em consideração a questão da regularidade, mas a questão da humanidade, da solidariedade.

Era o que eu tinha para falar, Sr. Presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu só queria, rapidamente, parabenizar a Deputada Sandra Faraj. Deputada, V.Exa. está de parabéns, é isso mesmo. Se há uma coisa que não podemos perder, principalmente como homens e mulheres públicos, é o poder da indignação.

O que está sendo feito em Brasília é uma covardia. Estão tratando pais, mães de família, como se bandidos fossem. Hoje, entra-se em uma residência, os órgãos de fiscalização, sem qualquer mandato. A polícia não pode fazer isso! A polícia, para entrar na casa de um bandido, tem que ter uma ordem judicial. E lá, hoje, não, a Agefis mete o pé na porta e faz um verdadeiro terrorismo. V.Exa., Deputada Sandra Faraj, tem toda a razão.

Ontem, estavam colhendo assinaturas para fazer uma CPI. Esta Casa tem que instalar, sim, uma CPI, porque é uma verdadeira covardia o que aquela presidente está fazendo. Ela vem aqui para a Casa, e o que alguns chamam de coragem, eu chamo de arrogância, de covardia contra o povo de Brasília.

Se, hoje, essas famílias humildes se submetem a comprar uma casa em uma invasão, é porque não tiveram outra alternativa, pois não há programa habitacional decente, os governos nunca se preocuparam com isso. Essa é a grande verdade! Eu fui secretário de regularização e sei bem o que é isso, não se preocupam com as famílias pobres. É muito fácil dizer: "Ah, sabiam que era irregular". Sabiam, sim! Sabiam, mas não tinham condições e tiveram que se submeter a isso, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Rodrigo Delmasso, porque senão iam levar seus filhos para debaixo da ponte. E o pai que tem dignidade, a mãe que tem dignidade, vai, sim, comprar em um lugar irregular para não ter que ver o filho debaixo de uma ponte, ou na beira de um córrego. Então, é isso mesmo.

Esta Casa não pode se acovardar, esta Casa tem que se indignar e tem que defender os mais pobres! Foi para isso que fomos eleitos, senão é melhor fechar as portas e irmos embora. Parabéns, Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aproveitar tanto a fala da Deputada Sandra Faraj, como também a fala do Deputado Wellington Luiz, e dizer que concordo com tudo aquilo que foi falado, assino embaixo. Parabenizo a Deputada Sandra Faraj, bem como o Deputado Wellington Luiz, que sempre, realmente, têm levantado essa bandeira. O Deputado Ricardo Vale, o Deputado Bispo Renato Andrade, que sempre estão lutando por esse pessoal bem mais carente, esse pessoal da moradia.

Mas é importante a gente relatar, também, que, por diversas vezes quando vieram movimentos aqui reclamar, ou reivindicar essa situação do caso da Agefis, a gente vê muitos grileiros que vêm incitar essas pessoas. Então, Deputado Wellington Luiz e Deputada Sandra Faraj, eu acho que a gente tem que começar a fazer algo para coibir que esses grileiros continuem levando essa população mais carente ao erro. Nós não podemos ser pautados por alguns. Muitas vezes, a gente vê, a gente sabe de pessoas que vêm aqui, trazem uma multidão de pessoas para reivindicar, para criticar. Nós, claro, viemos do povo, vamos lutar pelo povo! Porém, não podemos nos pautar por grileiros que, geralmente, estão ali na galeria, Deputado Roosevelt Vilela, e ficam incitando, mas quando chegam lá em Vicente Pires, lá no Sol Nascente, estão vendendo terreno para essa população mais pobre.

Nós temos que coibir essa prática de grilagem e não aceitar. Eu, vira e mexe, vejo pessoas que dizem: “Vamos fazer isso, aquilo outro”. Mas são pessoas que estão grilando terras e elas têm que ser presas. E nós Deputados não podemos permitir isso, também. Muitas vezes, podemos ser confundidos em estar apoiando os movimentos grileiros. Sou contra as derrubadas da maneira que estão sendo feitas, não concordo! Vejo que várias pessoas estão sendo tiradas de uma maneira terrível. Teve uma senhora que estava ali com uma criança de um ano. Quer dizer, a forma como foi retirada foi truculenta. Mas no dia da audiência pública, havia lá uns seis, sete grileiros incentivando essas pessoas. Não podemos permitir que isso aconteça, precisamos da ajuda dos Deputados desta Casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Julio Cesar, eu acho que é exatamente por isso a necessidade de criarmos uma CPI, para separar o joio do trigo. Eu acho que esta Casa existe exatamente para isso. Agora, o que não se pode é, sob os argumentos de que os grileiros estão soltos, destruirmos as casas das famílias mais pobres. Já que tem grileiro, por que eles ainda estão soltos? Por que eles ainda continuam fora da cadeia? Então botem eles na cadeia. Nós temos as melhores polícias do Brasil! Então botem na cadeia! Por que não se faz um trabalho de prevenção? Cadê o trabalho preventivo dos órgãos de fiscalização? Ou estamos sendo negligentes, ou estamos sendo coniventes! Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já verifico *quorum* para que possamos adentrar a pauta. Não sei se a Mesa confirma, apenas para ganharmos tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu vou solicitar a verificação de *quorum*, nobre Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o que a Deputada Sandra Faraj falou, o Deputado Julio Cesar, o Deputado Wellington Luiz. E quero mais uma vez repetir o que eu disse na audiência pública quando se tratou da questão das derrubadas.

A primeira coisa que precisamos é abrir uma investigação séria para prender todos os grileiros do Distrito Federal. Grileiro tem que estar na cadeia. Esse que vende, muitas vezes, sonhos para as pessoas que querem a sua casa, muitas vezes, usam documentos falsos. Então, precisamos colocar todos os grileiros na cadeia. Agora, não podemos justificar que as derrubadas se dão só por causa da grilagem. É principalmente por causa da grilagem, mas porque o Distrito Federal não tem uma política pública séria habitacional instalada na Capital da República.

Então, a proposta que eu fiz foi que se abra uma investigação, prendam os grileiros, parem as derrubadas e o povo pare de construir em área irregular. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante dessa discussão, eu percebo que vários colegas ficam apenas citando a parte das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

irregularidades, ou seja, da invasão, da ocupação, o lado do morador, da pessoa que está morando ali com dificuldade e tudo mais.

Quem me conhece sabe que sou uma pessoa que sempre lutou a favor da moradia, mas também nunca compactuei com a grilagem de terra no DF. A meu ver, esta Casa e o governo precisam focar no combate à grilagem de terra no DF como um todo. Eu pergunto: onde está a Polícia Civil? Onde está o serviço de inteligência do governo para investigar e colocar na cadeia quem realmente pratica a grilagem? Ao combater a grilagem de terra, estamos combatendo as invasões e também impedindo que pessoas humildes gastem seu dinheiro comprando terrenos irregulares. Para isso cabe à Terracap fornecer terras públicas e moradia a preços populares. Eu tenho defendido isso o tempo todo.

Então, esse negócio de a pessoa chegar aqui e falar que defende as pessoas humildes, mas não leva em consideração quem realmente as induz ao erro... A Câmara vai estar de alguma forma cometendo um erro deixando de combater o problema na fonte, que, a meu ver, está na grilagem de terra como um todo, e precisa ser combatido com veemência.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ali fora ouvindo o debate. Tive a oportunidade de participar daquela sessão convocada pelo Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Ricardo Vale. Fiz questão de participar, primeiro para parabenizá-lo, segundo, como tive o privilégio de ser o primeiro Deputado a falar, deixei ao final uma proposta que, parece-me, foi muito bem aperfeiçoada pelos demais Deputados que lá estiveram, e teria sido aceita pelo governo, de suspender por trinta dias as derrubadas, e ao mesmo tempo se constituir uma comissão para apurar essa questão. Por quê? Na verdade, Deputado Agaciel Maia, o Governo do Distrito Federal tem a obrigação – e não se trata de favor nenhum – de combater a ilegalidade, mas temos que saber onde está essa ilegalidade. Essa obrigação não é só do Poder Executivo, essa obrigação é nossa também.

Eu pergunto, pela experiência que tive quando fui presidente da Comissão de Regularização de Condomínios, Deputado Wasny de Roure: o que nós temos que enfrentar no primeiro momento: a pessoa que comprou, ou a pessoa que vendeu indevidamente? Eu entendo que é mais fácil, até pela individualização, procurar a pessoa que vendeu, porque não vendeu em segredo, não. Quem conhece a história dessa cidade sabe muito bem que o *Correio Braziliense* tinha um caderno, e nesse caderno havia uma seção enorme em que se vendiam lotes em condomínios. Alguém aqui desconhece isso?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Nós temos quase um milhão de pessoas em Brasília vivendo em condomínios ditos irregulares. Por que são irregulares? Porque o governo nunca teve coragem de regularizá-los. É só por isso. Se vamos ficar aqui querendo combater a ponta, o final dessa ponta, esquecendo de combater o principal, não dá para contar com esta Casa. Dá para contar com esta Casa se nós quisermos realmente combater a ilegalidade com seriedade. Para combater a ilegalidade com seriedade, primeiro tem que prender o grileiro. Prendendo o grileiro, estanca o processo e não haverá mais lotes irregulares vendidos.

Eu fico aqui pensando o seguinte, sem qualquer rasgo de demagogia, porque isso não faz parte do meu *métier*: no momento em que nos aproximamos da maior festa de família que pode existir, que é o Natal, inúmeras pessoas estão sem teto, Deputados. E isso é uma coisa que nenhum governo pode contribuir para que aconteça. Nós temos é que realmente buscar uma solução.

Eu propus, Deputado Wasny de Roure, que essa comissão tivesse o Deputado Ricardo Vale como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, e a Deputada Telma Rufino como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários.

Vejam que nós estamos agindo, na verdade, com vistas ao interesse público, porque é muito fácil a gente querer aparecer, essa bobagem toda. Vocês vejam que eu nem fui à reunião com o governador. Eu nem fui, mas fiz questão de fazer a sugestão no sentido de indicá-los. O governo precisa, sim, porque quando o governo começa a desagradar pobre, começa a desagradar rico, começa a desagradar classe média, tem alguma coisa errada na gestão. O governo não foi feito para isso. Quer dizer, ninguém elegeu um xerife. Elegeu-se um governador para que ele, com a sensibilidade social necessária para o exercício da função, saiba como resolver essa questão habitacional no Distrito Federal, que passa por esse problema de ocupações irregulares, o que não significa que as pessoas que devam ser punidas logo sejam exatamente essas que também são vítimas da ilegalidade.

Eu agradeço ao Deputado Agaciel Maia e também ao Deputado Ricardo Vale por terem permitido que eu falasse um pouco antes.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a esse tema que alguns Deputados citaram aqui hoje, quero lembrar que na segunda-feira nós fizemos uma audiência pública, e vários Deputados estiveram presentes. Veio a diretora-presidente da Agefis, a Sra. Bruna, e veio um tenente-coronel da Polícia Militar, justamente para debatermos essa desocupação, essas ações que a Agefis tem feito em várias cidades do Distrito Federal. Por incrível que pareça, a maioria das pessoas que estavam lá não estava nem questionando a legalidade da desocupação. Todas as pessoas que falaram, as lideranças de vários



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

condomínios, estavam questionando a forma das derrubadas, a forma das desocupações. Ou seja, os moradores que tiveram suas casas derrubadas não estavam questionando se era legal ou não, porque eles sabem que foram enganados por grileiros. Todos eles falaram, muitos se emocionaram e muitas mães choraram reclamando da forma truculenta, sem respeitar os direitos humanos. Praticamente todos reclamaram da forma como a Agefis tem agido.

Ficou bem claro que é uma forma ilegal, porque em qualquer lugar do mundo, Deputado Raimundo Ribeiro, antes há uma ação da área social. Aqui no Distrito Federal, para se derrubar qualquer coisa, a SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – agora mudou o nome, é um nome tão grande que ainda não consegui decifrar – tem que chegar lá antes e mapear, dialogar com as famílias, oferecer algum programa social e dizer a elas: vocês podem se enquadrar no programa de aluguel social, ou receber uma cesta básica, ou se enquadrar em algum programa porque já são inscritos na CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional. Mas isso não está sendo feito, e quem me falou isso foi o próprio Secretário Joe Valle. Sequer a Agefis, a diretora Bruna, dá tempo para a Sedest trabalhar. É um equívoco atrás do outro.

De forma truculenta, crianças estão sendo expulsas de casa na base de gás lacrimogênio, pais e mães de família estão sendo presos como marginais e isso não dá para admitir. Isso não é defender grileiro, não é defender ocupação irregular. É defender direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, o respeito com essas pessoas que são pobres, carentes e não têm onde morar. A maioria delas foi enganada por grileiros.

Se o Estado é incompetente, se a Agefis é incompetente para evitar as invasões, que ela seja pelo menos mais amena e mais humana quando for retirar essas famílias, que ela respeite as famílias. Dessa audiência surgiu uma reunião ontem com o Governador, porque vários Deputados já achavam que deveria ter uma CPI nesta Casa para investigar o motivo de tanta truculência e o porquê de tanta velocidade em querer tirar essas famílias que foram enganadas. A Agefis se preocupa muito em derrubar, mas se preocupa muito pouco com a fiscalização. Parece que é de propósito: deixa ocupar, deixa invadir, deixa ser enganado e depois vai lá e passa o trator por cima. Daqui a pouco, se brincar, já estão invadindo de novo.

Fizeram um teatro na orla do Lago – estou pegando várias fotos que os moradores estão trazendo –, derrubaram cercas, construções de mais de vinte anos perto da margem do Lago, fizeram um teatro, e agora sabe o que está acontecendo lá, Deputado Wasny de Roure? Piscinas que ficavam na beira da margem do Lago estão com água parada, gerando possibilidade de dengue, de outras doenças, um monte de lixo, e ainda há resíduos de grades. Fizeram aquilo para quê?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Não era melhor, já que o governo não tem recursos, não tem dinheiro, negociar com esses moradores para eles pagarem uma taxa de ocupação? Achavam que a população das cidades do DF, Paranoá, Sobradinho, iria até lá? Que eles chegariam na frente dessas mansões do Lago Norte e do Lago Sul e usariam o lago? A população não tem dinheiro nem para pagar ônibus, quanto mais para fazer um *happy hour*, um evento na margem do lago.

É um equívoco, é uma arbitrariedade, é uma truculência, e isso precisa acabar. Infelizmente, na reunião ontem com o Governador, com a Agefis e alguns Deputados, mais uma vez o governador e a própria Bruna não foram solícitos e não tiveram sensibilidade de entender o que os Deputados estão pedindo. Não é uma pausa para nós aqui, não. É uma pausa para que os próprios órgãos do governo possam agir; uma pausa para que o Secretário Joe Valle, com a Sedest, possa agir.

Nós fomos pedir ao Governador e à Bruna que deixem os órgãos do governo deles trabalharem. Fomos pedir isso, mas a diretora, mais uma vez, falou: "Não. Eu tenho que derrubar já ali. Tenho que derrubar ali e acolá." Enfim, eu confesso que saí pouco esperançoso. Portanto, eu acho que vão continuar essas desocupações desumanas, irregulares, sem o devido cuidado que deve haver.

Lamentavelmente, eu estou avisando isso aqui já há alguns meses, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Já estou assistindo à truculência. Já houve tiros. Já houve bomba de gás na cara de criança. Mulher já foi baleada na perna. Olhem, estou avisando e avisei ontem ao Governador: vai acontecer uma tragédia nesta cidade. Vai morrer gente, infelizmente gente humilde. Gente pobre vai morrer se o governo, a Agefis e o Comando da Polícia Militar não tiverem mais calma e não agirem de forma mais humana nessa desocupação.

Repito: nenhum Deputado aqui está defendendo grileiro. Nenhum Deputado aqui está defendendo que essas ocupações continuem. Queremos que as pessoas sejam retiradas, mas que sejam retiradas da forma legal, e a forma legal é dialogando, é conversando, é oferecendo a elas outro programa. No último caso, você usa a força para retirar essas famílias.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz hoje à tribuna é a crise econômica do nosso País, em especial, a crise econômica aqui do Distrito Federal.

Desde o início do ano, nós temos aprovado projetos para permitir ao governo pagar a folha de pagamento e também honrar os seus compromissos. De acordo com os economistas, o desemprego já chega a 8,6%, o que significa que em torno de 600 mil pessoas no Brasil hoje perderam seus empregos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Aqui no Distrito Federal não é muito diferente. A todo instante, eu recebo no meu gabinete pessoas desempregadas. Também por onde eu ando, o que eu mais vejo são as pessoas reclamarem do desemprego, da crise econômica que hoje chegou aqui ao DF, ou seja, estamos em recessão.

De acordo com os economistas, essa recessão vai chegar aqui, até 2016. Com isso, é preciso que o governo crie mecanismos de defesa para proteger a classe trabalhadora, os pais de família que estão desempregados.

Quero informar aos senhores que apresentei uma indicação nesta Casa que sugere ao governo a criação de uma frente de trabalho de emergência para empregar os pais de família que estão desempregados. Essa frente de trabalho de emergência vai poder ajudar o governo a recuperar estradas, a consertar as carteiras das escolas e também a atender nos hospitais, ou seja, você pode criar, dentro da própria frente de trabalho, várias outras frentes pelas quais a classe trabalhadora possa ser atendida. O que não se pode fazer é deixar os pais de família passarem pela crise que estão passando sem ter o que colocar na mesa.

Agora, em dezembro, Natal, muitos pais de família não vão poder comprar suas ceias, não vão poder fazer a festa de Natal, unir a família, porque estão desempregados. Isso me comove.

O governo precisa, urgentemente, rever essa situação no Distrito Federal. Para isso, peço o apoio dos meus colegas Parlamentares para conseguirem convencer o Governador Rodrigo Rollemberg a criar, de imediato, essa frente de trabalho de emergência.

Também agora em dezembro, criam-se os chamados empregos temporários. Só que, quando chegar janeiro, todos esses trabalhadores vão para a rua, e começa tudo de novo.

A recessão que atingiu 2015 vai continuar em 2016, infelizmente. Daí a importância de o governo criar a frente de trabalho de emergência em São Sebastião, no Recanto das Emas, em Sobradinho II, na Ceilândia, ver essas áreas mais carentes, mais críticas e criar a frente de trabalho. Em São Sebastião mesmo, o que não falta é buraco, o que não falta é mato alto.

Por que não pegar essa frente de trabalho e botar o povo, os trabalhadores, para tapar os buracos da cidade? Por que contratar grandes empresas a preço de ouro em vez de contratar o trabalhador, o pai de família?

Por isso repito a importância dessa iniciativa. Não podemos jogar o problema para debaixo do tapete, ou seja, jogar a poeira para debaixo do tapete. O problema existe e precisa ser solucionado o mais urgentemente possível.

Por tudo isso, eu estou aqui na tribuna da Câmara Legislativa, como representante do povo, para pedir ao Governador Rodrigo Rollemberg que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

sensibilize e que, de fato, consiga arrumar o DF através dessas frentes de trabalho de emergência. Isso é de suma importância.

Eu falo de frente de trabalho de emergência porque eu, ainda criança, pude ter essa experiência. Lá no Nordeste, quando faltava emprego, quando a crise chegava ao estado, o governador de lá criava essas frentes de trabalho. Foi graças a elas que o meu pai conseguiu trazer para casa o alimento.

Aqui fica o meu apelo aos Parlamentares e ao próprio Governador. Peço também à população de Brasília, especialmente à classe trabalhadora, que nos apoie nesse momento. Que o Governador realmente crie condições para o pai de família poder colocar o alimento em casa todos os dias. Meu muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a verificação de *quorum*, por gentileza, para sabermos se há condições de entrarmos na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Convido o Deputado Raimundo Ribeiro a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu respeito o pedido do Deputado Wasny de Roure e eu estou de acordo com ele. No entanto, eu quero, mesmo se houver *quorum*, assegurar o meu direito de fala no horário dos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Claro. V.Exa. terá o direito de falar nesta tarde, fique tranquilo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, restou uma dúvida: faz a verificação antes ou depois?

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Vamos ouvir, primeiro, o Deputado Chico Vigilante. Após a fala de S. Exa., fazemos a verificação de *quorum*.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante nos Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz questão de falar novamente porque, Deputado Wasny de Roure, está acontecendo uma coisa muito grave no Distrito Federal.

Na verdade, estamos numa situação em que os trabalhadores terceirizados estão virando reféns das empresas. As empresas sequestram esses trabalhadores e os põem para fazerem enfrentamento. Diga-se, de passagem, que são empresas picaretas; é bom que se diga que são picaretas. A maioria das empresas pagou os salários, Deputado Rafael Prudente. Há um bocado de picaretas que não estão pagando os salários para se aproveitarem disso, para pressionarem o governo via trabalhadores.

Vou falar de uma situação muito grave, que é o governo não ter nenhum critério para contratação de empresas hoje no Distrito Federal. Isso é grave! Nós temos, no quartel da Polícia Militar, no quartel central e em todos os quartéis, uma empresa chamada Rover Serviços Gerais, cujos trabalhadores da limpeza, Deputado Wasny, estão há três meses sem receber tíquete-alimentação, sem receber vale-transporte. O tíquete-alimentação para esses trabalhadores é fundamental, porque é o complemento do salário. É bom que se diga que esse dinheiro vem da União. Agora eles estão também sem receber salário. A mesma empresa está no Ibama fazendo a mesma coisa, está no Ministério da Ação Social fazendo a mesma coisa. Agora, pasmem, estão entregando os contratos, deixando os trabalhadores sem receber e pressionando a polícia para lhes pagar, para que possam ir embora com o dinheiro.

Eu conversei há pouco com o Coronel César, Comandante da Polícia Militar, e lhe pedi: “Segure o pagamento. Vá ao Ministério Público do Trabalho junto com o sindicato.” O Ministério Público do Trabalho há de entrar na Justiça do Trabalho para que haja um pagamento direto e esses trabalhadores possam receber. Uma empresa chamada Mistral, que presta serviço no Ceasa, vem atrasando há seis meses o pagamento e hoje atrasou mais uma vez. Os trabalhadores estavam de greve lá hoje porque ela atrasou o pagamento mais uma vez, eles estavam parados.

Portanto, é grave, Deputado Raimundo Ribeiro, a situação dos trabalhadores terceirizados no Distrito Federal. Eu estou pensando seriamente em propor a instalação de uma CPI para investigar a prestação de serviço terceirizado em Brasília. Quem cumprir as normas direito estará tranquilo. Quem for picareta que quebre! O que não pode, Deputado Rafael Prudente, é os trabalhadores serem vítimas desse tipo de picaretagem praticada por empresas que não têm condição nenhuma de se instalar. Instalam-se, pegam uma licitação, muitas vezes, a preço podre, desgraçam o mercado de trabalho e transformam os trabalhadores em vítimas. Isso não pode acontecer.

Todas as empresas de segurança que prestam serviço ao GDF pagaram os salários, mas a Ipanema não pagou o salário dos vigilantes. Todos nós sabemos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

a empresa tem que pagar 72h antes do início das férias do trabalhador, mas ela não paga. Há gente que está, há três meses, com férias atrasadas. Agora o salário também está atrasado. Estou encaminhando um documento ao Governador Rodrigo Rollemberg em que lhe peço que rompa o contrato com a Ipanema e contrate outra empresa para fazer a segurança dos hospitais.

Chega de sofrimento. Todo mês, os trabalhadores têm que parar para receber o salário. Empresa tem que ter capital de giro. Quando a empresa assina o contrato, ela diz que pode suportar até três meses sem receber. A própria Sanoli, que é outra prestadora de serviço de alimento superfaturado, nega até o alimento para os pacientes.

Portanto, o que está acontecendo no Distrito Federal é uma atitude criminosa praticada por essas empresas e que nós não vamos tolerar em hipótese nenhuma.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Consulto os Deputados se mais algum Deputado gostaria de usar a palavra?

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero trazer aqui, na tarde de hoje, a minha preocupação com relação ao que está ocorrendo hoje nas entidades que dão apoio a adolescentes e a jovens portadores de necessidades especiais.

Hoje, pela manhã, estive em uma audiência com o Secretário do Desenvolvimento Social, Deputado Joe Valle, apresentando um problema com relação ao convênio da Pestalozzi, mas que também está ocorrendo com a Paed, que são entidades que têm um papel extremamente importante no acolhimento, nas atividades educacionais, de treinamento, lúdica, de lazer. Essas instituições fazem, de maneira filantrópica, de forma social, um atendimento para esse público extremamente vulnerável, em função de o Estado não ter uma política pública, exceto os centros de ensino especial.

Os convênios que existem estão comprometidos, porque há uma necessidade nesses convênios, que é a possibilidade de se utilizar o transporte alugado, os ônibus alugados, melhor dizendo, para poder facilitar no transporte desses adolescentes e desses jovens. Quando eles não são transportados, muitos deles ficam em casa. Aí, de uma maneira surpreendente, as diversas formas que eles expressam causam um impacto emocional com grande repercussão na estrutura física e biológica desses adolescentes e desses jovens.

Eu conheci um caso, inclusive, que me deixou extremamente estarrecido. Uma jovem, Deputado Prof. Israel, por não conseguir acesso à Pestalozzi no horário de lazer, de formação, de grupo de trabalho, de artesanato – essa série de atividades que essa instituição faz, como a Paed também –, perdeu totalmente os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

cabelos. Infelizmente, este governo, durante este ano, não foi capaz de aditar 20, 30 mil reais a mais num convênio para possibilitar o transporte, 5 transportes, 6 transportes para levar das diferentes cidades para o local onde estão essas instituições.

O Secretário, Deputado Joe Valle, demonstrou grande interesse em tentar encontrar uma solução para esse problema. Eu fico extremamente agradecido, sensibilizado pela confiança que o Deputado Joe Valle goza entre nós pela sua absoluta idoneidade e responsabilidade.

Esse mesmo problema, eu tinha tratado com o Secretário Pacco, que também é uma pessoa surpreendente, tem um carisma enorme e havia, inclusive, prometido equacionamento do problema, mas, infelizmente, não possibilitou. É transcorrido, praticamente, um ano em que essa ausência de atenção em um único item compromete essencialmente o convênio como todo.

Portanto, espero que o Deputado Julio Cesar, que é um Deputado que tem sensibilidade com a problemática social em nossa cidade, possa ajudar. Quero registrar aqui, inclusive, Deputado Julio Cesar, V.Exa. que tem apoiado muito o trabalho da Secretaria de Esporte, que agora faz parte da Secretaria de Educação, que secretários têm tido uma atitude absolutamente criativa, tirando água de pedra, tirando recursos de onde não existem.

Então, estamos aqui para ajudar o governo com as nossas emendas, com aquilo que é possível. E tenho feito isso diante de várias solicitações. Hoje mesmo recebi, por parte da Secretaria de Educação, na área do ensino profissionalizante, as chamadas carretas que possuem laboratórios para prover as nossas escolas de ensino tecnológico e profissional, que estão desassistidas de laboratório.

Quero, inclusive, levar ao Deputado Prof. Reginaldo Veras essa demanda, porque S.Exa. tem sido um Presidente da nossa comissão bastante comprometido e tenho certeza de que, juntamente com a Deputada Luzia de Paula, irão ingressar nessa temática, com recursos para ajudar os jovens no Distrito Federal.

Deixo um apelo aqui ao Secretário Joe Valle, para que nos ajude a resolver esse entrave nesse convênio tão importante para os jovens portadores de necessidades especiais. Além daquilo em que a vida lhes foi desfavorável, que a sociedade e os nossos governantes não deixem de lhes estender a sua dimensão de generosidade, atenção e compreensão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure.

Pergunto aos nobres Deputados que se fazem presentes em plenário se mais algum dos senhores deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2015	15h35min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Diante da falta de *quorum* nesta tarde e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)